

O CARÁTER NACIONAL E OS “JUNKERS”¹

Como veículo da tradição, treinamento e equilíbrio político de um Estado, não há dúvida de que uma camada de senhores de terras é insubstituível. Falamos dela tal como existiu na Inglaterra e que, de forma semelhante, constituiu a essência da nobreza senatorial da Roma antiga.

Quantos aristocratas há na Alemanha e especialmente na Prússia? Onde está a sua tradição política? Politicamente, os aristocratas alemães, particularmente na Prússia, quase nada representam. E parece evidente que hoje uma estrutura estatal que pretenda alimentar uma camada de grandes arrendadores, de caráter autenticamente aristocrático, é impossível.

Mesmo que ainda fosse possível deixar que surgissem algumas grandes propriedades aristocráticas nas áreas revestidas de bosques — a única terra que se qualificava, social e politicamente, para a formação de morgadias —; ainda assim seria impossível obter quaisquer resultados significativos. Foi *essa*, precisamente, a desonestidade enorme do projeto de lei sobre as morgadias, examinado na Prússia no início de 1917. O projeto visava a estender uma instituição jurídica, adequada às propriedades aristocráticas, até os proprietários de classe média, na propriedade média do leste do Elba. Procurava fazer uma “aristocracia” de um tipo que simplesmente não é uma aristocracia e jamais poderá ser transformado em tal.

Os *Junkers* do leste são freqüentemente criticados (e por vezes injustamente); e são com a mesma freqüência (e também injustamente) transformados em ídolos. Qualquer pessoa que os conheça pessoalmente apreciará, sem dúvida, a sua companhia na caça, junto a um bom

1 "Wahlrecht und Demokratie in Deutschland", *Gesammelte Politische Schriften* (Munique, Dreimaskenverlag, 1921). Compreende um trecho de um folheto que "Die Halfe" — o departamento editorial de livros da pequena revista que Naumann dirigia — publicou em dezembro de 1917.

copo, ou no jogo de cartas; e, em suas casas hospitaleiras, tudo é autêntico. Mas tudo se torna espúrio quando estilizamos essa camada essencialmente “burguesa” de empresários para fazer dela uma “aristocracia”. Economicamente, os *Junkers* dependem totalmente de sua atividade como empresários agrícolas; estão empenhados na luta dos interesses econômicos. Sua luta social e econômica é tão impiedosa quanto a de qualquer industrial. Dez minutos passados entre eles mostram que são plebeus. Suas virtudes mesmas são as de natureza plebéia. O ministro Von Miquel declarou certa vez (em particular!) que “hoje em dia uma propriedade feudal do leste alemão não pode manter uma família aristocrática”, e tinha toda a razão. Se tentarmos modelar tal camada numa aristocracia, cheia de gestos e pretensões feudais, camada essa que hoje depende do trabalho administrativo rotineiro de natureza capitalista, o único resultado inevitável será a *aparência de um arrivista*. Os traços de nossa conduta política e geral no mundo, que encerram essa marca, são determinados (embora não exclusivamente) pelo fato de termos alimentado pretensões aristocráticas em camadas que simplesmente não dispõem de qualificações.

Os *Junkers* são apenas um exemplo desse ponto. Entre nós, a ausência de homens de educação cosmopolita é, decerto, devida não apenas à fisionomia dos *Junkers*, mas também ao resultado do caráter “pequeno-burguês”,¹ generalizado, de todas as camadas que foram representantes específicos da estrutura política prussiana durante a época de sua ascendência empobrecida, mas gloriosa. As velhas famílias de oficiais cultivam, ao seu modo altamente honorífico, e em condições econômicas extremamente modestas, a tradição do velho exército prussiano. As famílias dos servidores públicos seguem o mesmo exemplo. Não importa se essas famílias são, ou não, de nascimento nobre; econômica, socialmente e segundo seu horizonte, elas constituem um grupo de classe média burguesa. Em geral, as formas sociais do corpo de oficiais alemão são absolutamente adequadas à natureza, e em suas características decisivas assemelham-se claramente às características do corpo de oficiais das democracias (da França e também da Itália). Esses traços, porém, tornam-se imediatamente uma caricatura quando os círculos não-militares os consideram também modelo de sua conduta. Isso se aplica, acima de tudo, quando se fundem com as formas sociais derivadas do “penalismo” das escolas de burocracia. Mas é isso o que ocorre entre nós.

Sabe-se bem que as associações estudantis constituem a educação social típica de aspirantes a postos não militares, sinecuras e às profissões liberais de alta posição social. A “liberdade acadêmica” de duelar, beber e faltar a aulas vem de um tempo em que as outras liberdades

1 *Bürgerlichen*.

não existiam na Alemanha e quando somente a camada de letrados e candidatos a cargos públicos tinha o privilégio de desfrutá-las. A influência, porém, que essas convenções tiveram sobre a aparência geral da classe dos homens que dispõem de um diploma acadêmico na Alemanha não pode ser eliminada, nem mesmo hoje. Esse tipo de homem foi sempre importante entre nós, e torna-se cada vez mais importante. Mesmo que ele hipotecasse as associações estudantis e que a necessidade de que os alunos pagassem os juros não contribuisse para a imortalidade econômica dessas associações, tal tipo dificilmente desapareceria. Pelo contrário, o sistema de fraternidades estudantis expande-se cada vez mais, pois as ligações sociais que hoje se criam nessas associações são uma forma específica de selecionar funcionários. E a patente de oficial, que tem como requisito preliminar a filiação a uma associação duelista, garantida de forma visível pelas fitas com as suas cores, dá acesso à “sociedade”.

Na verdade, a pressão em favor da bebida e as técnicas de duelo das associações estudantis ajustam-se cada vez mais às necessidades das constituições mais fracas dos aspirantes àquelas fitas, que, devido às ligações, se tornam cada vez mais numerosos. Ao que se diz, há até mesmo abstermos em alguns desses grupos duelistas. A fusão intelectual dessas associações, que tem aumentado continuamente nas décadas recentes, é um fator decisivo. Têm salas de leitura próprias e publicações especiais, que os alunos enchem exclusivamente de política “patriótica” bem-intencionada de um caráter indizivelmente pequeno-burguês. O intercâmbio social com os companheiros de aula de formação social ou intelectual diferente é evitado ou pelo menos dificultado. Com tudo isso, as ligações das sociedades estudantis se expandem constantemente. Um vendedor que pretenda conseguir uma patente de oficial, como condição para casar-se na “sociedade” (particularmente, com a filha do patrão), matricular-se-á numa das faculdades de economia que são freqüentadas principalmente pela sua vida associativa.

A medida do moralista não é a medida do político. Qualquer que seja o julgamento que se possa fazer dessas associações *per se*, elas certamente não proporcionam educação para uma personalidade cosmopolita. Pelo contrário, seu sistema cansativo e seu penalismo são, afinal, inegavelmente banais; e suas formas sociais subalternas constituem o oposto mesmo dessa educação. O mais estúpido clube anglo-saxão oferece uma educação cosmopolita melhor, por mais vazios que possamos julgar os esportes que constituem o objetivo do clube. Com a sua seleção de membros freqüentemente muito rigorosa, ele sempre se baseia no princípio da rigorosa igualdade dos cavalheiros e não no princípio do “penalismo”, que a burocracia tanto valoriza como prepa-

ração da disciplina no cargo. Cultivando esse penalismo, as fraternidades não deixam de se recomendar aos “do alto”.¹ De qualquer modo, as convenções formalistas e o penalismo dessa chamada “liberdade acadêmica” são impostos ao aspirante ao cargo na Alemanha. Quanto mais os candidatos se mostram como arrivistas, jactando-se de sua carteira recheada — pelos pais —, como é inevitável quando as condições o permitem, tanto menos efetivas são essas convenções no preparo dos homens aristocráticos do mundo. A menos que o jovem que é levado a esse condicionamento seja de um caráter excepcionalmente independente, um espírito livre, os traços fatais do plebeu de verniz se desenvolverão nele. Vemos esses plebeus, com muita freqüência, entre homens que, sob outros aspectos, são excelentes, pois os interesses cultivados por essas associações são totalmente plebeus e estão longe de todos os interesses “aristocráticos”, qualquer que seja o sentido dado à expressão. O ponto saliente é, simplesmente, que uma vida estudantil de essência plebéia pode ter sido, anteriormente, inofensiva. Era simplesmente a exuberância ingênua, juvenil. Mas hoje em dia pretende ser um meio de educação aristocrática, que dá às pessoas habilitações para a liderança no Estado. A contradição simplesmente incrível que

1 No *Korpszeitung* alemão, nº 428, citado aqui de um artigo do professor A. Messer, no *Weserzeitung* de 2 de junho de 1917, encontramos as seguintes observações de crítica às “modernas” propostas de reforma: “As propostas não levam absolutamente em conta a modificação material dos calouros e membros ativos das associações estudantis. Mencionando apenas um item: a obrigação de beber deve ser abolida! Não deve haver obrigação de esvaziar o copo! Não deve haver bebedeira! Experimentei, com freqüência, entre várias associações, esse tipo de *Kneipen* (festas das associações estudantis destinadas às libações alcoólicas) sem essas reformas, por vezes durante semestres. E mais tarde passei noites nas mesmas associações quando todos estavam bêbados. Eram simplesmente homens diferentes, que acreditavam na bebida. Com freqüência, consideravam-na mesmo necessária. E é necessário dar uma oportunidade para que bebam muito. Se calcularmos tais oportunidades, qualquer calouro que seja um bom bebedor poderá embebedar os seus colegas mais velhos na associação, e a autoridade terá desaparecido. Ou se abolirmos a obrigação de honrar cada brinde, estaremos com isso abolindo a base da *Kneipgemuetlichkeit* (festas nas tavernas). Se proibirmos o embebedamento de um membro, estaremos deitando fora um meio de educação! Peço que essas palavras não sejam citadas fora de seu contexto. Afinal de contas, nossa vida associativa estudantil deve constituir uma cadeia de medidas educacionais: e todo membro de uma associação duelista confirmará que, em sua vida depois da escola, jamais lhe disseram a verdade com tanta sinceridade, de forma tão incrivelmente franca quanto na associação duelista. E como aceitava isso? Por mais ridículo que pareça, a aceitação era produto do *Kneipe*. Para nós, o *Kneipe* é o que o treinamento do quartel e o passo de ganso, tão freqüentemente criticados, são para o soldado. Tal como a ordem “dobrar os joelhos” repetida centenas de vezes no campo de treinamento faz que o homem supere a preguiça, indiferença, teimosia, raiva, e cansaço, e tal como essa ordem faz a disciplina surgir do sentimento de ser totalmente impotente e completamente destituído de iniciativa diante de um superior — da mesma forma que a ordem ‘beba tudo!’ sempre dá ao estudante mais velho a oportunidade de mostrar ao mais novo a sua superioridade absoluta. Pode punir, pode manter distância e a atmosfera que é absolutamente necessária à empresa educacional das associações duelistas — pois, do contrário, elas se transformarão em clubes! Naturalmente, a ordem ‘beba tudo’ nem sempre é aconselhável a todas as pessoas, mas deve constituir uma ameaça iminente ao *Kneipe* tal como o ‘dobrar os joelhos!’ é no campo de treino. Não obstante, em ambas as situações, os homens podem divertir-se muito”. [M. W.]

isso encerra é como um bumerangue no qual a marca fisionômica do arrivista é o resultado.

Devemos ter cautela para não acreditar que esses traços arrivistas da fisionomia alemã sejam politicamente irrelevantes. Vamos considerar imediatamente um exemplo. Lançar-se às “conquistas morais” entre inimigos, ou seja, entre grupos de interesses opostos, é empresa vã, que Bismarck ridicularizou com razão. Mas será isso válido para os aliados presentes ou futuros? Nós e nossos aliados austríacos dependemos uns dos outros, politicamente, com muita freqüência. E ambos sabemos disso. A menos que sejam cometidas grandes loucuras, não há ameaças de um rompimento. A realização alemã é aceita por eles sem reservas ou ciúmes — e mais aceita quanto menos nos gabarmos dela. Nem sempre temos uma avaliação adequada das dificuldades que os austríacos têm e que foram poupadas à Alemanha. Daí nem sempre apreciarmos a realização austríaca. Mas podemos dizer aqui, abertamente, aquilo que todos sabem. O que não poderia ser tolerado pelos austríacos, ou por qualquer outra nação da qual desejássemos ser amigos, são as maneiras do *parvenu*, como voltamos a evidenciar recentemente e de forma intolerável. Tal aparência será recebida com uma rejeição silenciosa e polida, mas decidida, por qualquer nação de boa e antiga formação social, como por exemplo os austríacos. Ninguém quer ser governado por *parvenus* mal-educados. Um passo além do que é absolutamente indispensável nas questões externas, ou seja, qualquer coisa que pudesse ser da parte da “Europa central” (no sentido interior da palavra), ou que pudesse ser desejável para a futura solidariedade de interesses com outras nações (não importa o que possamos sentir quanto à idéia de uma aproximação econômica) pode falhar politicamente devido à determinação absoluta de não permitir que lhe seja imposto aquilo que recentemente, com um gesto jactancioso, foi proclamado como o “espírito prussiano”. A “democracia”, ao que se propala, põe em risco o espírito prussiano, segundo as manifestações verbais dos fazedores de frase políticos. Como se sabe, as mesmas declamações foram ouvidas, com exceção, em toda fase de reforma interna, durante os últimos cento e dez anos.

O espírito prussiano autêntico pertence às florações mais belas da cultura alemã. Tudo o que temos de Scharnhorst, Gneisenau, Boyen, Moltke, foi inspirado por esse espírito, tal como os feitos e as palavras dos grandes realizadores da reforma prussiana (muitos dos quais, porém, são de origem não-prussiana). Não precisamos mencioná-los aqui. O mesmo se aplica à eminente intelectualidade de Bismarck, hoje tão mal caricaturada pelos estúpidos e hipócritas representantes da *Realpolitik*. Mas, ocasionalmente, parece que esse velho espírito prussiano é hoje mais forte entre o funcionalismo de outros Estados federais, que não Berlim. O abuso da expressão “es-

pírito prussiano” pelos atuais demagogos conservadores é apenas um abuso em relação a esses grandes homens.

Repetimos: nenhuma aristocracia de peso e tradição política suficiente existe na Alemanha. Essa aristocracia pode, na melhor das hipóteses, ter tido um lugar no Partido *Freikonservative* e no Partido do Centro — embora isso não ocorra no momento —, mas não o teve no Partido Conservador.

É igualmente importante o fato de não ter havido uma forma social de nobreza alemã. A despeito das jactâncias ocasionais de nossos letrados, é completamente falso que exista na Alemanha o individualismo no sentido de liberdade das convenções, em contraste com as convenções do cavalheiro anglo-saxão ou do homem de salão latino. Em nenhum outro lugar há convenções mais rígidas e mais pressionantes do que as do “homem de associação” alemão. Elas controlam, direta e indiretamente, uma parte tão grande da descendência de nossas camadas principais quanto as convenções de qualquer outro país. Sempre que as formas do corpo de oficiais não prevalecem, essas convenções associativas constituem a “forma alemã”; os efeitos das associações duelistas determinam, em grande parte, as formas e convenções das camadas dominantes da Alemanha: da burocracia e de todos os que desejam ser aceitos “em sociedade”, onde a burocracia dá o tom. E essas formas não são, certamente, requintadas.

De um ponto de vista político, é ainda mais importante que, em contraste com as convenções dos países latinos e anglo-saxões, essas formas alemãs simplesmente não sejam adequadas como modelos para toda a nação, até a camada mais baixa. Não são adequadas para modelar e unificar a nação em seu gesto como uma *Herrenvolk*, segura de si mesma, nas formas pelas quais as convenções latinas e anglo-saxãs se firmaram.

É um grave erro acreditar que a “raça” é o fator decisivo na surpreendente falta de graça e dignidade no comportamento ostensivo do alemão. O comportamento do germano-austríaco é formado por uma aristocracia autêntica. Não lhe faltam essas qualidades, apesar da raça idêntica, quaisquer que possam ser as suas fraquezas.

As formas que controlam o tipo latino de personalidade, até as camadas mais baixas, são determinadas pela imitação do cavalheiro, tal como evoluiu desde o século XVI.

As convenções anglo-saxãs também moldam as personalidades, até as camadas mais baixas. Nasceram dos hábitos sociais da camada nobre, que deu o tom na Inglaterra, desde o século XVII. A nobreza surgiu em fins da Idade Média, numa fusão peculiar de notáveis rurais e urbanos, ou seja, os “cavalheiros”, que se tornaram os portadores do “governo autônomo”.

Em todos esses casos, foi importante que as características decisivas das convenções e gestos relevantes pudessem ser imitados de

forma fácil e universal e com isso pudessem ser democratizados. Mas as convenções dos candidatos a cargos na Alemanha, academicamente examinados, das camadas que eles influenciam e, acima de tudo, os hábitos para os quais as associações duelistas condicionam seus homens — foram e são evidentemente inadequados à imitação pelos círculos fora das camadas examinadas e certificadas. Em particular, não podem ser imitados pelas amplas massas do povo; não podem ser democratizados, embora, ou antes precisamente por isso, em essência essas convenções não sejam de forma alguma cosmopolitas ou aristocráticas sob outros aspectos. São de natureza totalmente plebéia.

O código de honra neolatino, bem como o código bastante diferente dos anglo-saxões, foi adequado à democratização de longo alcance. A concepção especificamente alemã das qualificações exigidas para membro de uma associação duelista, porém, não se presta à democratização, como se pode ver facilmente. Esse conceito é de grande influência política, mas o ponto política e socialmente importante não é — como se afirma freqüentemente — que um chamado “código de honra”, no sentido limitado, exista no quadro de oficiais. Ele está, ali, absolutamente em seu lugar. O fato de que uma *Landrat*¹ prussiana deva qualificar-se para o duelo, no sentido do corpo de duelistas penalistas, a fim de se manter em seu posto — é o que tem relevância política. Isto também ocorre com qualquer outro funcionário administrativo que seja facilmente afastável. Contrasta, por exemplo, com o *Amtsrichter*,² que, em virtude da lei, é “independente”, e que, devido a essa independência, é socialmente *déclassé*, em comparação com o *Landrat*. Como ocorre com todas as outras convenções e formas mantidas pela estrutura da burocracia e modeladas decisivamente pela idéia da honra do estudante alemão, de um ponto de vista formal o conceito da qualificação duelista constitui uma convenção de casta devido à sua natureza peculiar. Nenhuma dessas formas pode ser democratizada. Em substância, porém, não são de caráter aristocrático, mas absolutamente plebeu, porque faltam a todas elas a dignidade estética e o cultivo requintado. É essa contradição interior que convida ao ridículo e tem efeitos políticos tão desfavoráveis.

A Alemanha é uma nação de plebeus. Ou, se isto parecer mais agradável, é uma nação de pessoas comuns. Somente tendo isto por base pode crescer especificamente uma “forma alemã”.

Socialmente, a democratização provocada ou promovida pela nova ordem política — e isso é o que deve ser discutido aqui — não destrói o valor das formas aristocráticas, já que elas não existem. Nem poderia privar tais valores de sua exclusividade e, em seguida, propagá-los por toda a nação, como se fez com as formas das aristocracias latina e

1 Autoridade do condado.

2 Juiz de um tribunal inferior.

anglo-saxã. Os valores formais do caçador-de-posição que se qualifica para os duelos não são suficientemente cosmopolitas para manter uma aparência pessoal, mesmo em sua própria camada. Como o mostram todos os indícios, essas formas nem sempre bastam até mesmo para ocultar a insegurança real perante um estrangeiro que seja um homem do mundo, educado. O esforço para disfarçar essa insegurança toma, freqüentemente, a forma de “esperteza” que, em geral, nasce do constrangimento e parece ser uma má educação.

Não discutiremos se a “democratização” política resultaria realmente numa democratização social. A “democracia” política ilimitada na América, por exemplo, não impede o crescimento de uma plutocracia rude, ou mesmo um grupo de prestígio “aristocrático”, que emerge lentamente. O crescimento dessa “aristocracia” é cultural e historicamente tão importante quanto o da plutocracia, embora habitualmente passe despercebido.

O desenvolvimento de uma “forma alemã” realmente culta, que seja ao mesmo tempo adequado ao caráter da camada socialmente dominante dos plebeus, cabe ao futuro. O desenvolvimento incipiente dessas convenções civis nas cidades hanseáticas não continuou sob o impacto das modificações políticas e econômicas, desde 1870. E a presente guerra (Primeira Guerra Mundial) nos proporcionou muitos *parvenus* cujos filhos adotarão ardentemente as convenções habituais dos corpos duelistas nas universidades. Essas convenções não criam exigências de uma tradição culta; servem como um modo cômodo de domesticar os homens para que possam merecer a patente de oficial. Daí não haver, no momento, esperanças de uma modificação. De qualquer modo, isso é válido: para que a “democratização” resulte na eliminação do prestígio social dos homens que freqüentaram as academias — o que não é de forma alguma certo e que não pode ser discutido aqui —, então nenhuma forma social politicamente valiosa seria abolida na Alemanha. Como tais formas não existem, não podem ser eliminadas. A democracia talvez pudesse, então, liberar o caminho para o desenvolvimento de formas valiosas adequadas à nossa estrutura civil, social e econômica, que portanto seriam valores “genuínos” e culturais. Não podemos inventar tais valores, tal como não podemos inventar um estilo. Somente isto (de um modo essencialmente negativo e formal) podemos dizer, e isso se aplica a todos os valores de tal natureza: tais formas jamais podem ser desenvolvidas em qualquer outra base que não a de uma atitude de distância e reserva pessoais. Na Alemanha, esse pré-requisito de toda dignidade pessoal faltou freqüentemente entre as altas e baixas camadas. Os letrados mais recentes com sua impaciência em falar alto e publicar as suas “experiências” pessoais — eróticas, religiosas ou quaisquer outras — são os inimigos de toda dignidade, qualquer que seja. A “distância”, porém, não pode de modo algum ser conquistada exclusivamente no “coturno” de uma posição

esnobotiva de alheamento aos “excessivamente demais”, como o pretendem as várias e errôneas “profecias” que remontam a Nietzsche. Pelo contrário, quando necessita hoje desse apoio interior, a distância é sempre espúria. Talvez a necessidade de manter a dignidade própria em meio de um mundo democrático possa servir de prova da autenticidade da dignidade.

O que dissemos acima mostra que nisto, como em muitos outros aspectos, a pátria alemã não é, e não deve ser, a terra de seus pais, mas a terra de seus filhos, como Alexander Herzen tão bem disse da Rússia. E isso é particularmente válido para os problemas políticos.

O “espírito alemão” para a solução dos problemas políticos não pode ser destilado da obra intelectual de nosso passado, por mais valiosa que possa ser. Prestemos deferência às sombras de nossos ancestrais espirituais e usemos seu trabalho intelectual para todo treinamento formal da mente. Nossos letrados, em seu conceito, reivindicam do passado o título de governar o planejamento de nosso futuro político, como mestres-escolas com uma vara, simplesmente porque é sua profissão interpretar o passado para a nação. Se eles tentarem estabelecer as leis, deveremos então lançar os velhos livros ao desvão mais próximo! Nada podemos aprender com eles sobre o futuro. Os clássicos alemães, entre outras coisas, podem ensinar-nos que poderíamos ser uma nação culta num período de pobreza material e impotência política, e mesmo de domínio estrangeiro. Mesmo quando se preocupam com política e economia, suas idéias vêm dessa época não-política. As noções dos clássicos alemães, inspiradas pela discussão da Revolução Francesa, foram projeções numa situação política e econômica às quais faltou paixão popular. Mas, na medida em que qualquer paixão política as inspirou, além da irada rebelião contra o domínio estrangeiro, foi o entusiasmo cultural pelos imperativos morais. O que está atrás disso são idéias filosóficas, que podemos utilizar como um estimulante para definir nossa posição, segundo nossa realidade política e de acordo com as exigências de nossa época, mas não como guias. Os modernos problemas do governo e democracia parlamentares, e a natureza essencial de nosso Estado moderno em geral, estão completamente além do horizonte dos clássicos alemães.

Há pessoas que condenam o sufrágio universal como a vitória de instintos da massa incapaz de razão, em contraste com a convicção política judiciosa; afirmam que constitui uma vitória da política emocional sobre a política racional. Quanto a isso, devemos dizer que a política externa da Alemanha é prova de que uma monarquia que governa através de um sistema de sufrágios de classe destaca-se pela emoção exclusivamente pessoal e como uma forma de liderança irracional. A Prússia tem a hegemonia e é sempre o fator decisivo na política alemã. Para prová-lo, basta comparar o caminho ziguezaguean-

te dessa política barulhenta, sem êxito há décadas, com a objetividade calma, por exemplo, da política externa inglesa.

Quanto aos instintos da massa irracional, eles só governam a política quando as massas são compactas e exercem pressão: na metrópole moderna, particularmente nas condições de formas de vida urbana neolatinas. Ali, a civilização do café, bem como as condições climáticas, permitem que a política de “rua” — como foi adequadamente chamada — domine o país partindo de sua capital. Por outro lado, o papel do “homem da rua” inglês está ligado às características específicas da estrutura das massas urbanas, totalmente ausentes na Alemanha. A política de rua da Rússia metropolitana está ligada às organizações subterrâneas que ali existem. Todas essas condições preliminares estão ausentes na Alemanha, e a moderação da vida alemã torna improvável que a Alemanha corra esse perigo *ocasional* — pois é ocasional em contraste com aquilo que, na Alemanha imperial, influenciou a política exterior como um perigo *crônico*. Não a mão-de-obra presa às oficinas, mas os ociosos e os intelectuais de café em Roma e Paris fabricaram a política guerreira das ruas — incidentalmente, apenas a serviço do governo e *somente* nas proporções em que o governo a desejou ou permitiu.

Na França e Itália, faltava equilíbrio ao proletariado industrial. Quando ele age com solidariedade, constitui, sem dúvida, um poder imenso, dominando a rua. Em comparação, porém, com os elementos totalmente irresponsáveis, é uma força capaz de, pelo menos, ordem e liderança ordenada, através de seus funcionários e, portanto, através de políticos que pensam racionalmente. Do ponto de vista de nossa política estatal, o importante é aumentar o poder desses líderes, na Alemanha dos líderes sindicais, sobre as paixões do momento. Além disso, é necessário aumentar a importância dos líderes responsáveis, a importância da liderança política em si. Um dos argumentos mais fortes em favor da criação de uma orientação ordenada e responsável da política pela liderança parlamentar é que com isso a eficiência dos motivos puramente emocionais, “do alto” e “de baixo”, é enfraquecida na medida do possível. O “domínio da rua” nada tem a ver com o sufrágio igual; Roma e Paris foram dominadas pela rua mesmo quando na Itália a mais plutocrática influência do mundo, e em Paris Napoleão III, governavam com um parlamento de fachada. *Somente* a orientação ordenada das massas, pelos políticos responsáveis, pode romper com o domínio irregular da rua e a liderança dos demagogos do momento.